

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

**DIREITO ELEITORAL
PROCESSUAL ELEITORAL
PENAL ELEITORAL**

EDITORA
Fórum

4ª edição

Autor
Marcus Vinicius Furtado Coêlho

**DIREITO ELEITORAL
PROCESSUAL ELEITORAL
PENAL ELEITORAL**

Área específica
Direito Eleitoral.

Áreas afins
Constitucional.

Público-alvo/consumidores
Operadores do direito.

A presente obra traz, de forma completa, as diretrizes do direito eleitoral, do processo eleitoral e do direito penal eleitoral comentando as inovações sobre os mais variados temas insertos nesse vasto ramo do Direito. Abordando discussões doutrinárias, as mudanças jurisprudenciais e alterações legislativas, aprofunda alguns temas em destaque quanto à aplicação da Lei nº 13.165/15 e seus reflexos nos pleitos eleitorais, assim como sua aplicação diária em Tribunais e Cortes especializadas. Advogado militante em Tribunais Superiores, Doutor em Direito, Presidente Nacional da OAB nos anos 2013 a 2016, Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB para os anos 2016 a 2019, o autor sistematiza as evoluções na área e apresenta com clareza a estrutura que forma uma das mais importantes e complexas disciplinas do Direito.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001033

C672d

Coêlho, Marcus Vinicius Furtado

Direito eleitoral, direito processual eleitoral e direito penal eleitoral /
Marcus Vinicius Furtado Coêlho. 4. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2016.
490 p.
ISBN: 978-85-450-0169-0

1. Direito Constitucional. 2. Direito Eleitoral. I. Título.

2016-188

CDD 324.63

CDU 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. Direito eleitoral, direito processual eleitoral e direito penal eleitoral. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 490 p. ISBN 978-85-450-0169-0.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Augusto Aras..... 13

CAPÍTULO 1

DIREITO ELEITORAL..... 17

1.1 Normalidade e legitimidade das eleições: a razão do direito
eleitoral..... 17

1.2 O direito eleitoral como ramo autônomo..... 21

1.2.1 O direito eleitoral e o direito constitucional..... 22

1.2.2 O direito eleitoral e o direito penal..... 22

1.2.3 O direito eleitoral e o direito civil..... 23

1.3 Fontes do direito eleitoral..... 23

1.3.1 A Constituição Federal..... 24

1.3.2 Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65)..... 27

1.3.3 Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/1990)..... 28

1.3.4 Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995)..... 29

1.3.5 Lei Geral das Eleições (Lei nº 9.504/1997)..... 30

1.3.6 Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa)..... 30

1.3.7 Lei nº 12.891/2013 (Minirreforma Eleitoral de 2013)..... 31

1.3.8 Lei nº 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015)..... 31

1.3.9 Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral..... 31

1.3.10 Consultas eleitorais..... 33

1.3.11 Jurisprudência..... 33

1.4 Princípios e regras do direito eleitoral..... 33

1.4.1 Princípios eleitorais constitucionais..... 36

1.4.1.1 Princípio republicano..... 36

1.4.1.2 Princípio democrático..... 38

1.4.1.3 Princípio da soberania popular..... 40

1.4.1.4 Princípio da normalidade e legitimidade das eleições..... 42

1.4.1.5 Princípio da isonomia ou igualdade de chances entre os
candidatos..... 44

1.4.1.6 Princípio da moralidade e probidade administrativa..... 46

1.4.2 Princípios eleitorais processuais..... 47

1.4.2.1 Princípio da indisponibilidade das ações eleitorais..... 47

1.4.2.2 Princípio do livre convencimento do magistrado..... 48

1.4.2.3 Princípio da celeridade..... 49

1.4.2.4 Princípio do dispositivo mitigado.....	50
1.4.3 Regras eleitorais basilares.....	52
1.4.3.1 Anualidade eleitoral.....	52
1.4.4 Proporcionalidade e razoabilidade.....	54
1.4.5 Preclusão.....	57

CAPÍTULO 2

JUSTIÇA ELEITORAL.....	61
2.1 Organização da Justiça Eleitoral.....	61
2.1.1 Juízes eleitorais.....	65
2.1.2 Juntas eleitorais.....	68
2.1.3 Tribunais Regionais Eleitorais.....	71
2.1.4 Tribunal Superior Eleitoral	73
2.2 Funções da Justiça Eleitoral.....	75
2.2.1 Função administrativa.....	75
2.2.2 Função jurisdicional.....	75
2.2.3 Função regulamentar.....	76
2.2.4 Função consultiva	78
2.3 Competências.....	79
2.3.1 Juiz eleitoral.....	79
2.3.2 Juntas eleitorais.....	81
2.3.3 Tribunais Regionais Eleitorais.....	81
2.3.4 Tribunal Superior Eleitoral.....	84
2.4 Poder de polícia dos juízes eleitorais.....	88

CAPÍTULO 3

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	91
3.1 O Ministério Público Eleitoral: composição, atuação e competência.....	91
3.2 Limitações à atuação do Parquet Eleitoral.....	96
3.3 Nulidades em razão da ausência da atuação do Ministério Público Eleitoral.....	98
3.4 Termos de ajustamento de conduta celebrados entre o Ministério Público Eleitoral e os candidatos, os partidos políticos e as coligações.....	99

CAPÍTULO 4

FORMAS DE ESTADO, FORMAS DE GOVERNO, SISTEMA DE GOVERNO E SISTEMAS ELEITORAIS.....	103
4.1 Formas de Estado.....	103
4.2. Formas de Governo.....	104
4.3. Sistema de Governo.....	106
4.3.1. O parlamentarismo	106
4.3.2. O Presidencialismo.....	108
4.3.1. O Semipresidencialismo: uma proposta para o Brasil.....	113
4.4. Sistemas eleitorais: noções gerais.....	116
4.5 Sistema majoritário.....	120
4.6 Sistema proporcional.....	123
4.7 Sistema misto.....	128

CAPÍTULO 5

PARTIDOS POLÍTICOS.....	131
5.1 Criações de partidos.....	131
5.1.1 Convenções partidárias.....	133
5.1.2 Filiação partidária.....	137
5.1.3 Fidelidade partidária.....	139
5.1.4 Fundo Partidário.....	142
5.2 Comentários sobre a Lei dos Partidos Políticos e algumas alterações da Lei nº 13.165/2015.....	143
5.3 Coligações partidárias.....	147

CAPÍTULO 6

CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	151
6.1 Condições de elegibilidade: requisitos constitucionais e	

infraconstitucionais.....	151
6.2 Condições de elegibilidade constitucionais.....	152
6.2.1 Nacionalidade brasileira.....	152
6.2.2 O pleno exercício dos direitos políticos.....	154
6.2.3 Alistamento eleitoral.....	159
6.2.3.1 Efeitos do alistamento eleitoral.....	162
6.2.3.2 Cancelamento e suspensão de inscrição eleitoral e de alistamento eleitoral.....	163
6.2.4 Domicílio eleitoral	164
6.2.4.1 Transferência de domicílio eleitoral e a Lei nº 13.165/2015.....	166
6.2.4.2 Revisão do eleitorado.....	167
6.2.5 Filiação partidária.....	169
6.2.6 Idade mínima.....	170
6.3 Condições de elegibilidade infraconstitucionais.....	171
6.3.1 Indicação em convenção partidária.....	171
6.3.2 Quitação eleitoral.....	172
6.3.2.1 Impossibilidade de obtenção de certidão de quitação eleitoral: prestação de contas.....	173
6.3.2.2 Impossibilidade de obtenção de certidão de quitação eleitoral: multas eleitorais.....	174
6.4 Momento de aferição das condições de elegibilidade.....	174

CAPÍTULO 7

INELEGIBILIDADES.....	177
7.1 Classificação.....	178
7.2 Inelegibilidades constitucionais.....	178
7.2.1 Inelegibilidade de inalistáveis e analfabetos	179
7.2.2 Inelegibilidade por motivos funcionais.....	179
7.2.3 Inelegibilidade reflexa.....	180
7.3 Inelegibilidades infraconstitucionais.....	183
7.3.1 Inelegibilidades previstas na Lei Complementar nº 64/1990.....	183
7.3.1.1 Alínea “a”: inelegibilidade de analfabetos e inalistáveis.....	183
7.3.1.2 Alínea “b”: inelegibilidade dos membros do Legislativo que perdem o mandato por infringência do disposto no art. 55, incs. I e II, da Constituição Federal.....	183
7.3.1.3 Alínea “c”: inelegibilidade dos membros do Executivo que perdem o mandato por desrespeito a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município.....	185
7.3.1.4 Alínea “d”: inelegibilidade dos condenados por abuso de poder econômico ou político.....	186
7.3.1.5 Alínea “e”: inelegibilidade dos condenados por decisão transitada em julgado proferida por órgão judicial colegiado.....	187
7.3.1.6 Alínea “f”: inelegibilidade dos declarados indignos ao oficialato.....	189
7.3.1.7 Alínea “g”: Inelegibilidade dos que tiverem suas contas rejeitadas.....	190
7.3.1.8 Alínea “h”: inelegibilidade dos detentores de cargos públicos condenados pela prática de abuso de poder político ou econômico.....	193
7.3.1.9 Alínea “i”: inelegibilidade do que exerça cargo de direção, administração ou representação de estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro e que seja réu em processo de liquidação judicial ou extrajudicial.....	194
7.3.1.10 Alínea “j”: inelegibilidade dos condenados por captação ilícita de sufrágio, por prática de conduta vedada ou por movimentação ilícita de recursos de campanha.....	195
7.3.1.11 Alínea “k”: inelegibilidade dos membros do Executivo que renunciam a seus mandatos em virtude de representação.....	195
7.3.1.12 Alínea “l”: inelegibilidade dos condenados por ato doloso de improbidade administrativa.....	197
7.3.1.13 Alínea “m”: inelegibilidade dos que praticam infração ético-profissional.....	198
7.3.1.14 Alínea “n”: inelegibilidade por desfazimento fraudulento de	

vínculo conjugal.....	198
7.3.1.15 Alínea “o”: inelegibilidade dos servidores públicos demitidos em decorrência de processo administrativo.....	199
7.3.1.16 Alínea “p”: inelegibilidade por doação ilícita para campanhas.....	199
7.3.1.17 Alínea “q”: inelegibilidade dos magistrados e membros do Ministério Público aposentados compulsoriamente que tenham perdido o cargo ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria na pendência de processo administrativo disciplinar.....	201
7.3.2 Inelegibilidades previstas na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa).....	201
7.3.3 Prazos de desincompatibilização.....	211
7.3.4 Procedimento para declaração da inelegibilidade.....	216

CAPÍTULO 8

CAMPANHA ELEITORAL.....	219
8.1 A pré-campanha autorizada por lei.....	219
8.2 Campanha eleitoral.....	221
8.3 Financiamento de campanha e doações.....	221
8.4 Arrecadação e prestação de contas.....	223
8.5 Prestação de contas e regra da unicidade da chapa.....	225

CAPÍTULO 9

PROPAGANDA POLÍTICA.....	229
9.1 A sanção decorrente da propaganda irregular.....	232
9.2 Propaganda eleitoral e liberdade de expressão: o limite entre o proibido e o permitido.....	233
9.3 Da liberdade de propaganda eleitoral e do poder de polícia da Justiça Eleitoral.....	235
9.4 Condutas vedadas ao rádio e à televisão.....	245
9.5 A responsabilidade dos candidatos e partidos na propaganda eleitoral.....	247

CAPÍTULO 10

REGISTRO DE CANDIDATURA.....	249
10.1 Números de candidatos a serem registrados.....	250
10.2 Nomes dos candidatos.....	251
10.3 Reserva de vagas para cada sexo.....	253
10.4 Procedimento para registro de candidatura.....	254
10.5 Substituição de candidato.....	257

CAPÍTULO 11

O ABUSO DE PODER.....	259
11.1 Abuso de poder econômico	260
11.2 Uso indevido dos meios de comunicação.....	262
11.3 Abuso de poder político.....	263
11.4 Abuso de poder político por autoridade.....	265
11.5 A gravidade das circunstâncias no abuso de poder.....	267
11.6 O exercício da cidadania na contenção do abuso de poder.....	270

CAPÍTULO 12

CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS.....	273
12.1 As proibições incidentes a todo tempo.....	275
12.2 As proibições incidentes desde 180 dias antes das eleições até a posse.....	277
12.3 As proibições incidentes apenas nos três meses antes das eleições.....	278
12.4 As proibições que incidem a partir do início do ano eleitoral.....	281

CAPÍTULO 13

INSTRUMENTOS PROCESSUAIS ELEITORAIS.....	283
13.1 Ações constitucionais na Justiça Eleitoral.....	283
13.1.1 Mandado de segurança.....	284
13.1.2 Habeas corpus.....	286

13.2 Ação de impugnação ao pedido de registro de candidaturas – AIRC.....	288
13.3 Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE	294
13.4 Representação.....	298
13.5 Representação por captação ilícita de sufrágio.....	303
13.6 Representação por condutas vedadas aos agentes públicos.....	309
13.7 Direito de resposta.....	312
13.8 Ação de impugnação ao mandato eletivo – AIME.....	316
13.9 Recurso contra a expedição de diploma – RCED.....	325
13.10 Ação rescisória.....	330
13.11 Tutela provisória na seara eleitoral.....	336
13.12 A escolha do instrumento processual adequado.....	336
13.13 Reunião de ações: alteração da minirreforma eleitoral.....	339
13.13.1 Inelegibilidade e cassação do mandato eletivo.....	340
13.13.2 Cumprimento da decisão de cassação.....	343
13.13.3 Art. 224 do Código Eleitoral após a minirreforma de 2015.....	345

CAPÍTULO 14

OS RECURSOS EM MATÉRIA ELEITORAL.....	349
14.1 Legitimidade e interesse.....	350
14.2 Pressupostos objetivos.....	351
14.3 Impossibilidade de desistência de recursos eleitorais.....	352
14.4 Efeitos.....	352
14.5 Procedimento.....	353
14.6 Os recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais.....	353
14.7 Recursos de decisões interlocutórias.....	354
14.8 Os recursos nos Tribunais Regionais Eleitorais.....	356
14.8.1 Embargos de declaração.....	356
14.8.2 Agravo regimental.....	358
14.9 Recursos para o Tribunal Superior Eleitoral.....	358
14.9.1 Recurso especial.....	359
14.9.2 Agravo de instrumento contra decisão denegatória do recurso especial (CE, art. 279).....	360
14.9.3 Agravo regimental.....	361
14.9.4 Recurso ordinário.....	361
14.10 Recurso extraordinário.....	362
14.11 Prazos.....	368

CAPÍTULO 15

CRIMES ELEITORAIS.....	369
15.1 Conceito e natureza jurídica.....	371
15.2 Classificação dos crimes eleitorais.....	373
15.3 As sanções nos crimes eleitorais.....	375
15.4 Análise dos crimes eleitorais.....	377
15.4.1 Crimes previstos no Código Eleitoral.....	377
15.4.2 Demais crimes do Código Eleitoral.....	446
15.4.3 Crimes previstos na Lei nº 9.504/97.....	456
15.4.4 Crimes da Lei nº 6.091: fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais.....	469
15.4.5 Crime previstos na Lei Complementar nº 64/90.....	473
15.4.6 Crime previsto na Lei nº 6.996/82.....	475
15.4.7 Crime previsto na Lei nº 7.021/82.....	475
15.4.8 Reflexos criminais conexos do alistamento eleitoral.....	476

CAPÍTULO 16

PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	479
16.1 Competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes eleitorais. Arts. 335 e seguintes do Código Eleitoral.....	479

REFERÊNCIAS.....	485
-------------------------	------------